CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

DIÁRIO DA MANHÃ (23/08)



Fio Direto

SUELY ARANTES

TCE aponta Irregularidades nas áreas do Vila Nova e Federação de Tênis



A ocupação de áreas públicas pelo Vila Nova Futebol Clube e pela Federação Goiana de Tênis no Setor Rasmussem estão pendentes de regularização. O alerta é do Tribunal de Contas do Estado, que aprovou em sessão plenária quarta-feira o Acórdão nº 2224/2019, relatado pelo conselheiro substituto Cláudio Costa. O TCE abriu prazo de 180 dias para que sejam corrigidas as irregularidades apontadas ou revogue os termos de permissão de uso. Se entender pertinente, poderá formalizar novo instrumento contratual, estabelecendo e fiscalizando o cumprimento das condições estabelecidas, devendo informar ao Tribunal as medidas adotadas. A unidade técnica do TCE apontou que as permissões de uso contêm vícios como ausência de licitação e de regularidade fiscal. Também verificou que, no caso do Vila Nova, não houve o atendimento da cláusula de uso de oferecimento de 1000 vagas com 8 horas/aulas mensais e gratuitas à comunidade, como escolas públicas, entidades de assistência social, associação de bairros e outras entidades de caráter social. O relator esclareceu que não haverá responsabilização dos agentes inspecionados pela ocorrência da prescrição, diante do longo tempo transcorrido desde o início do processo de permissão de uso.

CPI da Enel convoca presidente da companhia que ainda tomará posse

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Enel aprovou ontem a convocação do novo presidente da empresa em Goiás, José Luis Salas, para oitiva no dia 12 de setembro. José Luis é diretor de Infraestrutura e Redes da Enel Distribuição e assumirá a direção em Goiás no dia 1º de setembro. Os membros da CPI também aprovaram ontem o pedido de acesso aos planos de investimento da empresa em Goiás para os anos de 2019 a 2022. De acordo com o presidente da CPI, Henrique Arantes (PTB), a convocação do ex-governador Marconi Perillo (PSDB) deve ocorrer até o fim de setembro e não foi discutida na última reunião porque os membros da comissão não se manifestaram sobre o assunto. O deputado afirma que, apesar da troca de ofensas entre Marconi e Ronaldo Caiado (DEM) nos últimos dias, o objetivo é que o depoimento do tucano seja focado no tema. A CPI da Enel investiga supostas irregularidades na privatização da Celg-D e a qualidade dos serviços prestados pela companhia.

GIRO



Caio Henrique Salgado
caio.salgado@opopular.com.br

Será do Estado

O governador Ronaldo Caiado anunciou ontem a estadualização do Hospital Municipal de Formosa. Após o processo, que deve ser efetivado até o início do próximo ano, a unidade será administrada por uma organização social e passará a ter atendimentos de média e alta complexidade, incluindo leitos de UTI.

Concessionárias querem devolver rodovias em Goiás

INFRAESTRUTURA Via 040 protocolou pedido de devolução de BR, atribuído à grave crise econômica, e Triunfo Concebra avalia recorrer à mesma alternativa

Katherine Alexandria
katherine.alexandria@opopular.com.br

Concessionárias que assumiram rodovias federais em Goiás querem devolver trechos para a União por conta do agravamento da crise econômica no País. Há dois anos, a Via 040, responsável pela BR-040, aguardava regulamentação para deixar a concessão. Na última terça-feira (20), a empresa protocolou novo requerimento, que é analisado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A companhia alega que enfrentou, além da redução do tráfego de cargas e passageiros por conta da queda na atividade econômica, pendência do licenciamento ambiental e um quadro diferente do acordado com o governo federal em 2014, quando assinou o contrato. Não houve, por exemplo, a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento de longo prazo como esperava.

Também por conta dessas modificações, a Triunfo Concebra, que atua nas BRs 060 e 153, avalia a alternativa de devolução. Com isso, as rodovias devem passar por nova licitação.

Por enquanto, somente a Via 040 apresentou o pedido à ANTT. A agência explica que vai analisar a solicitação conforme as regras do Decreto da Relicitação, publicado este mês, o que só agora possibilitou as devoluções. Ele regulamenta a Lei 13.448, sancionada em 2017 e que trata do assunto.

73

dos 557,2 quilômetros que deveria duplicar até o quinto ano do contrato foram executados pela Via 040

Depois de verificar a admissibilidade do pedido de devolução, o que a ANTT diz que precisa ser feito detalhadamente por se tratar de um processo bastante complexo, a agência fará um termo aditivo com as novas obrigações da concessionária. Só após esta etapa, o Ministério de Infraestrutura dará início aos trâmites para licitar novamente o trecho.

Em relação à operação da rodovia, a Via 040 informou que cumprirá o papel de assegurar serviços de manutenção de qualidade e trafegabilidade pelo prazo que for estipulado em conjunto com o governo federal. Pelo tempo que ficou à frente da concessão, a empresa informa que arrecadou R$ 1,3 bilhão e investiu R$ 1,78 bilhão. Teve de recorrer a aportes extras dos acionistas do grupo Invepar.

No entanto, da obrigação de duplicar 557,2 quilômetros até o quinto ano do contrato, só realizou 73 quilômetros. A companhia alega que o dever era a partir do recebimento do licenciamento ambiental, que é de responsabilidade do governo federal, e só conseguiu as licenças para o que duplicou.

CADUCIDADE

Por descumprir todas as obrigações, a ANTT declarou a caducidade da concessão da BR-153 (Anápolis a Aliança do Tocantins) que era controlada pela Galvão Engenharia em 2017. O novo leilão do trecho está previsto para o terceiro trimestre do ano que vem. Porém, a medida pode ser tomada para outros trechos que passam por Goiás.

Como duas das outras três empresas que atuam no Estado também não cumpriram o volume de obras necessário (Concebra e Via 040), a agência diz que realiza um processo administrativo preliminar de apuração de indícios de caducidade, no qual é apurada a situação de todas as obrigações previstas. Uma fase que é preliminar à abertura do processo de caducidade.

A única empresa que está com as obrigações em melhor ritmo e que não manifesta intenção de deixar a concessão é a Eco050, antiga MGO Rodovias. Ela é responsável pela BR-050. Duplicou 176 quilômetros dos 218,5 quilômetros que tem de entregar até julho de 2020.

Concessões goianas

Veja como estão trechos de rodovias federais concedidas

Goiás e Tocantins — BR 153

Caducidade declarada – ex-concessionária Rodovias Galvão BR-153

Início da concessão
31/out/2014

Publicação do Decreto de Caducidade
16/ago/2017

Extensão
624,8 km

Pedágio
Sem praça de pedágio em Goiás

Duplicação
- 598,3 km eram para ser duplicados até o 5º ano do prazo de concessão
- Nada foi feito e novo projeto de concessão traz duplicação obrigatória de 314 km

Situação
Sem obras. Trecho está sob os cuidados do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)

Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais — BR 040

Concessionária Via 040

Início da concessão
22/abr/2014

Extensão
936,80 km

Pedágio
Início da cobrança em 30 de julho de 2015 e 23 de agosto de 2015

Duplicação
- Previsão de duplicar 557,2 km até o 5º ano do prazo de concessão e converter 144,8 km de multifaixas em pista duplicada, além de construção de contornos rodoviários

Situação
Obra de duplicação encontra-se com 73 km realizados

Goiás e Minas Gerais — BR 050

Concessionária MGO

Início da concessão
08/jan/2014

Extensão
436,6 km

Pedágio
Início da cobrança em 12 de abril de 2015

Duplicação
- Previsão de duplicar 218,5 km até julho de 2020, prazo inicial era 2018

Situação
Duplicação pronta de 176 quilômetros

Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais — BR 060 / BR 153 / BR 262

Concessionária Triunfo Concebra

Início da concessão
05 de março de 2014

Extensão
1.176,50 km

Pedágio
Início da cobrança em 27 de junho de 2015

Duplicação
- Previsão era duplicar 647,8 km até abril de 2020

Situação
Trecho de duplicação encontra-se com 82,76 km

Fonte: ANTT/ Empresa

ANTT reduz tarifa de pedágio da BR-050

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou ontem a revisão da tarifa de pedágio da BR-050, entre o entroncamento com a BR-040 em Goiás até a divisa de Minas Gerais. Em média, houve redução de 5,96% em relação à tarifa vigente. O principal fator que levou à queda nos valores cobrados foi o atraso na entrega das obras de ampliação de capacidade e melhorias, previstas no Programa de Exploração da Rodovia para o quinto ano de concessão, segundo a agência.

Os novos valores passam a vigorar a partir de hoje. A tarifa básica de pedágio, que é a aplicada aos veículos de passeio, passará de R$ 6,80 para R$ 6,40 na praça Ipameri e de R$ 7,30 para R$ 6,90 em Campo Alegre de Goiás. A Eco050, antiga MGO Rodovias, é a concessionária responsável pelo trecho. A empresa alega que as obrigações estão todas em dia.

A MGO Rodovias mudou de nome após a compra da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. pelo Grupo EcoRodovias, que foi finalizada em maio deste ano. A nova concessionária da BR-050 é a responsável pela rodovia até janeiro de 2044. Para Goiás, divulgou recentemente cronograma de novas obras. Entre Catalão e Cumari, serão 22,6 quilômetros de pista duplicada e liberada ao tráfego até julho de 2020, como promete a empresa.

Como parte do Grupo EcoRodovias a empresa afirma que compartilhará do know how de um dos maiores grupos de infraestrutura do Brasil e tem como metas aprimorar a prestação de serviços.

NOVO LEILÃO

Para o Estado, está previsto pelo governo federal nova concessão de trecho de rodovias federais. Além da relicitação da BR-153, após a caducidade da concessão da Galvão Engenharia, o leilão da BR-364/365, que liga Jataí (GO) a Uberlândia (MG), também já tem previsão. Deve ocorrer no próximo mês.

> *"A medida visa garantir a viabilidade do contrato, além de menor tarifa para o usuário"*
>
> **Nota da ANTT, sobre inovações em novas concessões**

Segundo a ANTT, as novas concessões trazem inovações para evitar os problemas como os ocorridos com as empresas que assumiram e não conseguiram cumprir as obrigações. Entre elas, está proposta de modelo de outorga como um dos critérios de desempate no leilão.

"A medida visa garantir a viabilidade do contrato ao longo de todo o período da concessão, além de menor tarifa para o usuário. Esse modelo já vem sendo adotado nas concessões aeroportuárias e nos arrendamentos portuários", informou a agência por nota.

O economista e doutor em transportes, Adriano Paranaíba, pontua que a estratégia do governo envolve tentativa de reduzir a devolução, mas ainda pode ser uma solução paliativa e que não diminui riscos. "Há muitas condicionantes que favorecem pedir revisão do contrato", avalia, ao defender modelo que inclua intermodalidade.



O POPULAR (23/08)

Força Nacional já está em GO

SEGURANÇA Parte da equipe de policiais que vão atuar na área de investigação criminal já está na capital. A partir do dia 30 de agosto começa a etapa ostensiva, com 80 homens

Thalys Alcântara
thalys.alcantara@opopular.com.br

Goiânia já recebeu os primeiros integrantes da Polícia Civil e da Técnico-Científica integrantes da Força Nacional de Segurança Pública, vinculados ao governo federal, que vão atuar na investigação de crimes nas regiões Oeste e Noroeste da capital. No total serão 20 membros desta parte investigativa e outros 80 devem chegar no próximo dia 30 para a atuação mais ostensiva do programa de cooperação, que deve durar até fevereiro de 2020, podendo ser prorrogado.

Inicialmente, a previsão era que a Força Nacional chegasse ao Estado em junho. No entanto, a vinda do grupo foi adiada por questões estratégicas. Outros quatro municípios vão receber o programa na mesma época, batizado de "Em Frente Brasil". O projeto, que é inédito, é organizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e tem como objetivo a reconstrução sociocultural de municípios e a redução de índices criminais.

Segundo o coordenador do projeto em Goiânia, o coronel da Polícia Militar de Goiás Aylon José de Oliveira Júnior, a atuação da Força Tarefa na capital vai ser diferente de como costuma ser em outros locais, já que aqui os índices criminais têm apresentado diminuição. "A Força Nacional sempre atua em locais de crise. Já em Goiânia, ela vem para dar um plus a mais, um pouco diferente", avalia.

A possibilidade de mudar o destino dos integrantes da Força Nacional para o Entorno do Distrito Federal, que é mais violento, chegou a ser cogitada pelo secretário de Segurança Pública, Rodney Miranda, em entrevista à rádio CBN Goiânia. "Aqui em Goiânia, graças a Deus, a gente tem alcançado excelentes índices de redução de violência. Então para Goiânia seria um complemento, enquanto para o Entorno (do DF) faria a diferença", disse o titular durante entrevista no início deste mês. A sugestão, no entanto, não foi acatada. "Até segunda ordem, é Goiânia", afirma o coronel Aylon.

Goiânia é a única capital escolhida para receber o projeto. As motivações são por ser de médio porte, com problemas menos complexos que as demais, o que a tornaria mais viável para o projeto-piloto. As outras cidades são Ananindeua, no Pará; Cariacica, no Espírito Santo; Paulista, no Pernambuco; São José dos Pinhais, no Paraná. Os critérios para as escolhas, segundo o Ministério da Justiça, são os índices criminais, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a recepção do governo local.

Os focos de atuação da Força Nacional em Goiânia serão as manchas criminais (onde há mais casos de homicídio) que são 340 bairros nas regiões Oeste e Noroeste. Na área ostensiva, estes locais vão ter o apoio de 20 novas viaturas policiais.

Representante em Goiânia da Polícia Científica no Programa Nacional de Enfrentamento à Criminalidade Violenta, que é o nome composto do "Em Frente Brasil", Ricardo Matos, explica que o foco das investigações serão os crimes violentos, como homicídio, feminicídio e latrocínio. "A Força vai focar nas organizações criminosas, diferente do que se fazia antes. Sempre a Força de Polícia Judiciária pegava casos velhos, de difícil solução pela dificuldade de reunir provas", explica.

José Cruz/Agência Brasil



Ministro da Justiça, Sérgio Moro. Pasta é a responsável pelo projeto

SOCIAL

Uma segunda etapa do programa, no ano que vem, vai atuar em áreas como a Saúde, Educação e Cultura. A atuação será baseada em uma pesquisa, em convênio com programa, em áreas que vão receber a Força Nacional, que está sendo produzida por cinco pesquisadores do Instituto Federal de Goiás (IFG).

"Vamos tratar a criminalidade não só como caso de polícia, mas de problema social. Por exemplo, a Educação, se tiver evasão escolar, a tendência é de aumentar os índices criminais naquela área. Eu falo que o crime é só final, não o começo", sintetiza o coronel Aylon.

A Força Nacional foi criada no Governo Lula em 2004 e seria usada originalmente para casos de crises graves, quando os governantes locais precisassem de auxílio federal para conter atos que atentam contra a lei e a ordem e que podem sair do controle das forças de segurança locais.

Segundo portaria publicada no Diário Oficial da União ontem, a Polícia Judiciária e a Perícia Forense da Força Nacional já podem começar a atuar a partir de agora e nos próximos 180 dias. Já a parte da Força Nacional que atua na preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio começará a atuar a partir de 30 de agosto e nos próximos 120 dias. O prazo e quantidade de integrantes podem ser alterados.

Pesquisa faz parte do projeto

A atuação da Força Nacional de Segurança Pública em Goiânia no contexto do programa inédito "Em Frente Brasil", do Ministério da Justiça e Segurança Pública, vai contar com o apoio de um estudo de pesquisadores do Instituto Federal de Goiás (IFG). Os resultados da pesquisa, que está sendo feita com o uso de dados quantitativos e qualitativos, devem ser entregues em outubro deste ano.

Marizângela Bortolo, coordenadora deste diagnóstico local de segurança, conta que já foram aplicados questionários e feitos grupos focais com moradores de bairros que vão receber o projeto. Esta etapa da pesquisa demonstrou, segundo a pesquisadora, a preocupação da população com as áreas de Segurança, Educação e Saúde. "De maneira geral, a população ainda espera algumas infraestruturas nos bairros", explica.

Já em relação à parte quantitativa da pesquisa, Marizângela diz ser possível adiantar que os dados socioeconômicos coincidem com os índices criminais. "As regiões mais vulneráveis do ponto de vista social são as com mais violência. Quando a gente projeta isto no mapa é evidente. A mancha criminal coincide exatamente onde tem pouca infraestrutura urbana, pouca escolaridade e muito desemprego", afirma.